COLHENDO HISTÓRIAS: A abolição da escravatura no Brasil sua relação na agricultura

Vicente Juliani Smolski[1]
Natã Ismael Umberti da Silva[2]
Ryan Glassman[3]
Kaua Brum Reis[4]
Tailur Mousquer Martins[5]

Instituição: Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre Traezel - Cerro Largo/ RS

Modalidade: Relato de Pesquisa

Eixo Temático: Ciências Humanas e suas Tecnologias

1. Introdução:

Essa pesquisa visa explicar o contexto político que levou ao fim do império e à Abolição da Escravatura no Brasil, explicar a perda dos escravos que os agricultores usavam em seus engenhos. O objetivo principal deste estudo foi mostrar ao público a importância de saber a história que levou à abolição da escravatura no Brasil e seus impactos na agricultura da época. O problema que guiou esta pesquisa foi: informar o contexto político-social que levou à abolição da escravatura e como impacta a agricultura.

2. Procedimentos Metodológicos:

O estudo foi realizado em um grupo com uma pesquisas bibliográficas, e posterior confecção de uma maquete sobre o assunto. Para a maquete, foi utilizado papelão, tinta, canudos, pedras, cola-quente, terra, erva-mate, cola, bonecos de plástico, corante alimentar, corretivo, grampos, palitos, tampinhas e pincéis. Primeiro foi feito uma base de papelão, e pintamos com tinta onde seria o rio e a grama, após isso foi feito colado com cola-quente as pedras e feita a casa com papelão, e então pintamos os canudos de verde para ser a cana e colamos no local separado para isso, depois foi pincelado cola pela maquete e colocado a erva-mate para a grama e a terra, com isso, foi feito uma roda d'água com papelão, palitos e grampos, e também, os escravos com bonecos de plástico, corretivo e corante alimentar.

[1] Estudante do oitavo ano do Ensino Fundamental da EEEF Padre Traezel - Cerro Largo/RS, vicente-jsmolski@estudante.rs.gov.br
[2] Estudante do oitavo ano do Ensino Fundamental da EEEF Padre Traezel - Cerro Largo/RS, nata-iudsilva@estudante.rs.gov.br
[3] Estudante do oitavo ano do Ensino Fundamental da EEEF Padre Traezel - Cerro Largo/RS, ryan-glassman@estudante.rs.gov.br
[4] Estudante do oitavo ano do Ensino Fundamental da EEEF Padre Traezel - Cerro Largo/RS, kaua-604457@estudanre.rs.gov.br
[5] Professor de Ciências e Mestre em Educação nas Ciências - UNIJUÍ, tailur-mmartins@educar.rs.gov.br

3. Resultados e Discussões:

A abolição da escravatura no Brasil foi resultado de um longo processo de resistência da população escravizada e da atuação dos movimentos abolicionistas, que ganharam força principalmente nas décadas de 1870 e 1880. Durante séculos, milhões de africanos foram trazidos à força para o Brasil e submetidos a condições extremamente violentas de trabalho e de vida. Os escravizados resistiram de diversas maneiras, por meio de fugas, revoltas, formação de quilombos e outras formas de luta contra o sistema escravista. Ao mesmo tempo, o movimento abolicionista passou a ganhar cada vez mais espaço na sociedade brasileira, defendendo o fim da escravidão. Porém, as elites brasileiras, principalmente os grandes proprietários de terras, dependiam da mão de obra escravizada e resistiam à abolição, pois temiam perder sua principal forma de trabalho e ter que reorganizar suas relações econômicas. Por isso, o processo de abolição foi lento e ocorreu por meio de uma série de leis.

Em 1831, foi proibido o tráfico de africanos escravizados para o Brasil, embora essa medida tenha sido desrespeitada por muitos anos. Em 1871, foi criada a Lei do Ventre Livre, que determinava que os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir daquela data seriam considerados livres, apesar das limitações existentes para que essa liberdade fosse efetivamente alcançada. Em 1885, foi aprovada a Lei dos Sexagenários, que concedia liberdade aos escravizados com mais de 60 anos. Durante a década de 1880, a pressão pelo fim da escravidão aumentou, com a participação de diferentes setores da sociedade e, principalmente, com a resistência dos próprios escravizados, que continuavam fugindo e lutando pela liberdade. Nesse contexto, em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, filha de Dom Pedro II, assinou a Lei Áurea, que determinou oficialmente o fim da escravidão no Brasil. Estima-se que cerca de 700 mil pessoas ainda estivessem escravizadas naquele período e tenham sido libertadas pela lei (SILVA, 2026a). A princesa Isabel exerceu a regência do Império em três ocasiões durante as ausências de seu pai e, em uma dessas ocasiões, sancionou a Lei do Ventre Livre, em 1871, ficando posteriormente marcada pela assinatura da Lei Áurea (SILVA et al., 2026). Apesar da importância da abolição, o fim legal da escravidão não garantiu condições dignas de vida para a população negra.

A Lei Áurea não estabeleceu medidas de inclusão social e econômica, como distribuição de terras, acesso à educação, moradia ou garantia de empregos para os recém-libertos. Por esse motivo, muitos ex-escravizados continuaram vivendo em condições de pobreza e enfrentando dificuldades para conseguir trabalho e melhores condições de vida. Alguns permaneceram nas regiões onde haviam sido escravizados, enquanto outros migraram para diferentes localidades em busca de oportunidades ou para reencontrar familiares que haviam sido separados durante o período escravista (SILVA, 2026b). Dessa maneira, a liberdade não significou igualdade, pois o preconceito e a discriminação continuaram presentes na sociedade brasileira.

Essas desigualdades permaneceram ao longo do tempo e contribuíram para problemas sociais e raciais que ainda podem ser percebidos atualmente. Um exemplo é a existência de leis destinadas ao combate ao racismo, como a Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023, que passou a tipificar a injúria racial como crime de racismo e estabelece outras medidas relacionadas aos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (BRASIL, 2023).

Portanto, a abolição deve ser compreendida não apenas como a assinatura da Lei Áurea, mas como o resultado de um longo processo de resistência dos escravizados, mobilização dos movimentos abolicionistas e transformações políticas e sociais. Embora o dia

13 de maio de 1888 tenha marcado o fim legal da escravidão no Brasil, a ausência de políticas de inclusão após a abolição fez com que muitos libertos continuassem enfrentando dificuldades econômicas e sociais, demonstrando que o fim da escravidão não significou o fim do racismo e das desigualdades que marcaram a história da população negra brasileira.

4. Conclusão:

Com este trabalho foi possível perceber que a abolição da escravatura foi um evento muito importante para a promoção dos direitos dos nergros na sociedade, valorizando com isso, a cultura negra e os cidadãos que ainda lutam por seus direitos e pela igualdade ainda nos dias de hoje.Na atualidade, temos disponível a Lei nº 14.532 de 2023 que passou a equiparar a injúria racial, que é ofender a dignidade de alguém com base na cor, raça, etnia ou origem, ao crime de racismo. Esta lei causa a reclusão de 2 a 5 anos além de uma multa.

5. Referências:

BRASIL. Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Lei do Crime Racial. Disponível em: https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023-01-11;14532. Acesso em: 18 ago. 2026.
SILVA, Daniel Neves "13 de maio — Dia da Abolição da Escravatura"; **Brasil Escola**. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-abolicao-escravatura.htm. Acesso em 25 de junho de 2026.

SILVA, Daniel Neves. Como ficou a vida dos ex-escravos após a Lei Áurea?. Brasil Escola, 2026. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/como-ficou-vida-dos-ex-escravos-apos-lei-aurea.htm. Acesso em 28 de agosto de 2026.
SILVA, Daniel Neves *et al*. Princesa Isabel. **História do Mundo,** *Ano da Publicação.* Disponível em: https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/princesa-isabel.htm. Acesso em: 01 ago. 2026.